



h
Ds
P

-----**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA**-----

-----**Mandato 2021-2025**-----

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA INICIADA A VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS E TERMINADA NO DIA DEZANOVE DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS-----

-----**ACTA NÚMERO TREZE**-----

---Aos dezanove dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas, reuniu a Assembleia de Freguesia de Marvila, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Manuel Portugal Lage, coadjuvado por Diana Cecília do Espírito Santo Prudêncio e Sónia Sofia Gonçalves Régio em substituição de Daniela Fernanda Cartaxo Serralha, primeira e segunda-secretárias para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos: -----

I – Período de Antes da Ordem do Dia

II - Período de Intervenção de Público

III - Período da Ordem do Dia

1. Informação escrita do Presidente da junta de freguesia (dezembro de 2022 e janeiro a março de 2023) (Proposta nº 1046/2023 da Junta de Freguesia)
2. Evocação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio;
3. Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais;
4. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas:
 - Relatório de atividades;
 - Relatório de gestão;
 - Conta de gerência.
5. Submissão da 1.ª Revisão ao Orçamento da freguesia de Marvila de 2023 e sua aprovação.
6. Autorizações de celebração de protocolo de colaboração com as seguintes instituições:
 - a) Fábrica Igreja Paroquial de S. Max. Kolbe (Proposta nº 1025/2023 da Junta de Freguesia);
 - b) Clube Futebol de Chelas (Proposta nº 1012/2023 da Junta de Freguesia);
 - c) Casa do Concelho dos Arcos de Valdevez (Proposta nº 1011/2023 da Junta de Freguesia);
 - d) Clube Lisboa, Amigos do Fado (Proposta nº 1010/2023 da Junta de Freguesia);
 - e) Associação de Moradores do Bairro das Amendoeiras (Proposta nº 1009/2023 da Junta de Freguesia);
 - f) APEDV - Associação Promotora de Emprego a Deficientes Visuais (Proposta nº 1001/2023 da Junta de Freguesia).



g) A Marvilense – Cooperativa de Consumo e Distribuição Alimentar, CRL
(Proposta nº 986/2023 da junta de Freguesia).

h) Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa (Proposta nº
987/2023 da Junta de Freguesia).

7. Submissão a votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Cooperação entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Marvila no Âmbito de Vários Programas Municipais e respetiva minuta de contrato (Proposta 1096/2023 da Junta de Freguesia).

---Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes eleitos: -----

---**DO PARTIDO SOCIALISTA (PS)** – Maria Libânia Fernandes Rendeiro, Maria Custódia Martins Pires André, Acácio Monteiro Gonçalves, Jerónimo Teixeira Magina, Márcia Maria Moreira Loureiro, Mafalda Sofia Fernandes Correia e Luís Filipe Nunes Boaventura de Figueiredo. -----

---**DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)** – Nuno Miguel Duarte de Sousa Almeida e José António dos Santos Martins. -----

---**DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)** – Olga Patrícia Correia de Sousa Cipriano --

---**DO CHEGA (CH)** – Paulo Marcos Coelho de Abreu e Vasconcelos e Nuno Jorge Oliveira de Sousa.-----

DO BLOCO DE ESQUERDA (BE) – Pedro Henrique Soares de Sousa. -----

---**DO CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL-PARTIDO POPULAR (CDS)** – Pedro Pinto Monteiro. -----

---Apresentaram pedidos de substituição, que foram apreciados e aceites pelo Plenário da Assembleia de Freguesia nos termos da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, a seguinte eleita:

---**Luísa Maria Cabral Costa Gomes (PS)**, por uma reunião da Assembleia, tendo sido substituída por **Constantino Rodrigues**. -----

---Estiveram ainda presentes na reunião os seguintes membros do Executivo da Junta de Freguesia de Marvila:-----

---O Presidente, **José António Nunes do Deserto Videira** e os Vogais, **Susana Maria da Costa Guimarães, Joaquim Cerqueira Brito, Maria Cristina Rodrigues Abreu e João Carlos Santos**.-----

---Às **20 horas**, o **Sr. Presidente da Assembleia**, constatada a existência de quórum, declarou aberta a presente reunião ordinária, começando por saudar o plenário, solicitando à **Srª Primeira-Secretária**, que chamasse os intervenientes do público.-----

---A **Srª Primeira-Secretária** começou primeiro por informar os eleitos dos pedidos de substituição e depois chamou o freguês **Sr. Manuel Saraiva**, que procedeu a uma apresentação em *PowerPoint*.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

---**Sr. Manuel Saraiva**: “Muito boa noite. Para além da minha apresentação, chamo-me



28.

Manuel Saraiva, o sítio onde moro é o bairro das Amendoeiras e sou freguês de Marvila há quase 50 anos. Também os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Mesa, e na sua pessoa, aos demais participantes nesta sessão, restante mesa, membros da assembleia de freguesia, Presidente de Junta e demais vogais, trabalhadores de Junta e o público representado presencialmente e através da transmissão pela internet. Obrigado por me permitirem acompanhar esta minha intervenção com uma imagem que está ali. Ajuda-me tornando-a mais simples e poupa-me palavras. Coisa importante, tendo em conta as limitações, impostas pelo regimento.

De acordo com os últimos censos de 2021, Marvila tinha 35 464 habitantes, 47% do género masculino e 53% do género feminino. Verifiquemos agora, de que modo é constituída essa população pela sua classificação etária.

No primeiro grupo, formado pelas crianças até aos 9 anos, temos 2983, 8% do total. No segundo grupo, dos 10 aos 19, que corresponde à grande parte da população escolar, 3 522, 10% do total. O terceiro grupo, que inclui estudantes e pessoas no mercado de trabalho, entre os 20 e os 29 anos, 4 014, 11% do total.

Somando estes três grupos, sinal de futuro por simplicidade, representam apenas 29% da população da freguesia. Se fizerem o favor de acompanhar a linha amarela no gráfico, na sua continuidade, apresentam um crescimento progressivo, atingindo os mais altos valores na população entre os 60 e os 69 anos, 5 110 habitantes.

Apesar do decréscimo imposto pelas leis da vida, o grupo etário, entre os 70 e os 79 anos continua a com um peso significativo, 3693 fregueses, um número ligeiramente superior a 10% do total da população, não sendo despiciente, o número dos octogenários, quase 2000, número significativo, do número de crianças dos 0 aos 9 anos. Perante isto, a análise micro aqui reduzido à dimensão da nossa freguesia, deve ser inserida num contexto mais vasto. Os estudiosos da demografia apontam um tempo, a partir dos anos 70 do século XX, e vários fatores, que conjugados nos trazem o tempo presente, resumindo, o aumento dos tempos de bem-estar, tiveram dois tipos de consequência, ambos facilitadores do mesmo resultado, enorme redução dos níveis de mortalidade com o aumento do total médio dos anos de vida e diminuição dos níveis de fecundidade, quer dizer, menos crianças a nascer. De acordo com a Pordata a esperança média de vida era de 67,1 anos em 1970, em 2020 esse valor aumentou para os 80,7 anos, um dos melhores indicadores do mundo. De acordo com a mesma base de dados, verificamos os seguintes números referentes ao índice sintético de fecundidade: em 1960, 3,20 indivíduos, em 2021, 1,35 indivíduos, muito menos que metade. Sem elementos que nos permitam conhecer o saldo migratório, calculado a partir da diferença, entre imigrantes e emigrantes, o processo de envelhecimento demográfico da população com redução do número de jovens na base e o aumento de idosos no topo tende a agravar-se. Convém evidenciar ainda que os censos registam a presença de 1922 indivíduos estrangeiros, apenas 5% da população, os quais têm a seguinte origem: África, 584, América, 527, Ásia, 556, União Europeia, 188, outros países da Europa, 67. Este valor percentual de Marvila, está em linha com o que acontece no país, 5,2% da população residente é estrangeira.

Chegados aqui é importante uma reflexão sobre esta realidade adaptada ao contexto local. Certamente que algumas de Vossas Excelências já procederam a essa reflexão, pelo que uma discussão aberta ao nível deste órgão, ou num qualquer outro fórum local, teria a vantagem de partilha de opiniões e conhecimentos na definição de uma política integrada na resposta, a esta situação, que se agravará a cada ano que passa. Acredito que no futuro



próximo a organização estrutural das autarquias levará à criação de um pelouro específico pela necessidade de criação de novas políticas sociais. Sei, sabemos dos muitos instrumentos criados pelo estado central, pelo poder local e por outras instituições que se dedicam a este trabalho. Para ter uma opinião mais fundamentada, sobre o assunto de tão grande interesse, eu, nós, precisávamos de conhecer melhor a freguesia, na identificação das respostas que estão alçadas.

Eu para não ficar com a visão redutora do meu bairro, que é o mais populoso bairro da freguesia, e no qual as estruturas físicas de apoio precisam de ser muito melhoradas, e nós para melhor avaliarmos as necessidades de resposta. Terminando, no informalismo desta intervenção, e na intenção de poder ajudar na construção de uma Marvila melhor, coisa que é responsabilidade de todos, partilharei convosco um dos meus permanentes sobressaltos, transformado em tristeza e em medo do futuro. Quando ando pela rua, tento saber da situação de alguns dos meus vizinhos. Ao informarem-me que são internados em lares, na grande maioria dos casos fora de Lisboa, penso para comigo que deve ser muito triste, viver uma vida num sítio a que chamamos nosso, e ser obrigado a ir morrer bem longe desse sítio. Repetindo disponibilidades anteriores, fica mais uma vez, a minha recetividade para o que puder ser útil aos meus vizinhos marvilenses, também, mais uma vez, obrigado por me aturarem, mesmo que as minhas intervenções não suscitem qualquer entusiasmo.

Muito boa noite." -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta**, que depois de agradecer ao público, disse que queria deixar uma palavra de grande agrado, ao Sr. Manuel Saraiva por mais uma intervenção brilhante, oportuna e bastante profícua em termos do estudo da nossa freguesia, e que queria aproveitar a ocasião para o felicitar e desejar que esse estudo seja partilhado se possível, junto dos senhores membros da Assembleia de Freguesia, e do próprio Executivo. Considera também em particular, muito oportuna, as manifestações, sugestões e recomendações, não só para os órgãos autárquicos eleitos, mas também para a comunidade, e desejou um bem-haja pela sua intervenção e pelo seu trabalho.

---O **Sr. Presidente de Assembleia**, passou a palavra para a **Sr^a Primeira-Secretária** para a leitura da correspondência.-----

---A **Sr^a Primeira-Secretária** disse que receberam respostas aos documentos relativos ao 25 de Abril e ao 1^o de Maio, respostas do Grupo Parlamentar do PCP, do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, do Gabinete do Primeiro-Ministro e da Presidência da República, da Associação 25 de Abril e da Associação Salgueiro Maia. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** lembrou aos eleitos, que tinha ficado pendente uma recomendação e uma moção por parte do PSD, que tinham sido apresentadas, mas que não chegaram a ser votadas, que vão ser colocadas à votação nesta sessão. No entanto antes de colocar à votação estes documentos, pediu para se proceder à leitura do voto de pesar do Frei Eliseu Moroni.-----

---A **Sr^a Primeira-Secretária** passou de seguida à leitura do voto de pesar que abaixo se transcreve:

-----VOTO DE PESAR PELO FREI ELISEU MORONI-----

Foi com consternação que, no passado dia 28 de abril, tomámos conhecimento do falecimento do Frei Eliseu Moroni, figura bastante acarinhada pelas gentes de Marvila e de quem muitos guardam boas recordações pela sua bondade, serenidade e acolhimento.



Handwritten initials 'ADs' and a signature in blue ink.

Nascido em Bergamo, Itália, a 20 de novembro de 1947, frei Ângelo 'Eliseu' Moroni foi ordenado em Pádua, a 16 de abril de 1977, na Ordem dos Franciscanos Menores Conventuais.

Chegou ao nosso país em 1976, mais concretamente a Santo António dos Olivais em Coimbra, para aí instalar a primeira comunidade dos Frades Menores Conventuais, em Portugal. Em 1982, chegou a Marvila, e nesse mesmo ano torna-se vigário paroquial (coadjutor) da Paróquia de São Maximiliano Kolbe do Vale de Chelas, onde esteve de 1982 a 1987, tendo sido ainda adjunto do vigário da então Vigararia Lisboa VII, entre 1984 e 1987.

Frei Eliseu soube adaptar-se muito bem à realidade portuguesa numa altura delicada, o pós 25 de abril de 1974. Numa sociedade sedenta de liberdade, de justiça e de participação ativa na vida pública, Frei Eliseu encontrou em Marvila terreno fértil para espalhar a boa nova da libertação e da alegria franciscana. Aceitou o desafio de reconstruir, harmonizar e fecundar com o fogo do Evangelho e da Caridade a comunidade do vale de Chelas, uma comunidade pobre, constituída por uma população maioritariamente oriunda de zonas do interior do País e das antigas colónias portuguesas.

Depois de passagens pelas comunidades de Coimbra e de Viseu, frei Eliseu Moroni regressou a Lisboa em 2013, tendo sido nomeado vigário paroquial da Paróquia de São Maximiliano Kolbe e também da Paróquia de Santa Beatriz da Silva, paróquias onde ficou até julho de 2021.

Estes últimos anos em Marvila foram marcados pelo acolhimento espiritual das pessoas e pelo serviço humilde à comunidade. Foram, também, os anos em que se manifestou a doença que, na sua evolução, o obrigou a voltar para Itália, onde acabaria por falecer.

A Assembleia de Freguesia de Marvila, reunida em 19 de maio de 2023, delibera:

- Aprovar o voto de pesar pelo falecimento do Frei Eliseu;
- Apresentar as condolências à família do Frei Eliseu, à comunidade dos Frades Franciscanos Conventuais da Província de Pádua, em particular à Delegação de Portugal, e aos paroquianos das Paróquias de São Maximiliano do Vale de Chelas e de Santa Beatriz da Silva;

- Solicitar à Junta de Freguesia que, através dos seus meios de comunicação, dê conhecimento público desta decisão.

Marvila, 19 de maio de 2023,

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Marvila.-----

---De seguida, o **Sr. Presidente de Mesa** colocou à consideração da Assembleia os documentos apresentados na anterior sessão, colocando à votação a recomendação do PSD, "Visionismo Literário".-----

---Passada a votação foi a **recomendação aprovada por maioria com os votos a favor do PS, do PSD, do CH, do BE e do CDS e com a abstenção do PCP.**-----

---De seguida, foi colocada à votação a moção do PSD, "Operacionalização dos Hospitais em Caso de Sismo".-----

---Passada a votação, **foi a presente moção aprovada por unanimidade.**-----

---Foi por último, colocada à votação do plenário, o Voto de Pesar pelo falecimento do Frei Eliseu Moroni apresentado pela bancada do PS.-----

---Passada a votação, **foi o Voto de Pesar aprovado por unanimidade.**-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, prosseguiu de seguida para o ponto 4 da ordem de trabalhos e deu a palavra ao **Presidente da Junta** para apresentação do ponto.-----



-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

---O **Sr. Presidente da Junta** pediu, caso fosse possível, que fosse colocada aos membros da Assembleia de Freguesia, a possibilidade de intervenção prévia do funcionário da Junta de Freguesia, Dr. Rui Mendes, para esclarecimento de uma questão, que considera ser muito constrangedora, e pela qual o executivo assume a sua responsabilidade, que é a da ausência de distribuição atempada aos membros da Assembleia de Freguesia, de um conjunto de documentos, que deviam ter sido entregues, nomeadamente o Relatório do Revisor Oficial de Contas, o Relatório de Gestão e a Certificação Legal de Contas.

---O **Sr. Presidente de Assembleia** aceitou o pedido, não vendo nenhum obstáculo por parte da Mesa, nem nenhum pedido de palavra por parte do plenário, considerando que o pedido é justificado.

---Neste seguimento, tomou a palavra o **Dr. Rui Mendes**, que depois de saudar todos, disse que, gostaria de justificar o porquê do atraso, na entrega do Relatório do Auditor e da Certificação Legal de Contas, e também pelo mesmo motivo, o atraso na entrega do Relatório de Gestão, que estava dependente de alguns esclarecimentos necessários para a prestação de contas. Disse ter sido uma luta durante muito tempo, e que foi do conhecimento de todos, pois o Sr. Presidente teve o cuidado de falar com todos e apresentar os mapas, que já eram mapas na altura finais. Disse ainda que, os mapas que foram distribuídos, logo na primeira sessão da Assembleia não sofreram qualquer alteração e que a única coisa que faltava eram esclarecimentos a prestar, e esses esclarecimentos estavam especificamente concentrados nos CDCs, as Delegações de Competências. Disse que esses esclarecimentos tinham a ver com a dificuldade que os serviços, neste caso, os serviços de contabilidade, os serviços de contratação estavam a ter na justificação, na discriminação, das obras a realizar, uma vez que, por motivos que são do conhecimento de todos, como a guerra na Ucrânia, a escassez de bens, algumas obras sofreram alguns atrasos, outras efetivamente ficaram desertas, os concursos, e, portanto, toda esta situação, motivou algum atraso. Disse também que, como era conhecimento de todos, infelizmente, tiveram uma situação ainda mais problemática, que foi o falecimento do funcionário Dr. Paulo Barros, que acompanhava diretamente as obras, o que também contribuiu para este atraso.

Mencionou de forma a esclarecer a situação, que a dúvida que o auditor tinha ficado era, qual teria sido o valor da obra efetivamente executado, porque o valor assinado no protocolo era um valor, e o valor efetivamente pago pela Câmara era outro. Ou seja, 3% em falta, da parte do relatório do CDC 2019/2021 e depois do complementar, cerca de 50%, um pouco mais, que também não tinha vindo.

Disse que a dúvida do auditor era se, a Junta de Freguesia de Marvila, depois de apresentar as contas, se teria ou não que devolver dinheiro, o que lhe foi explicado que não. Disse que, ainda assim, e razoavelmente da parte dele, o auditor quis mais explicações e quis perceber exatamente o detalhe das obras e o que foi feito. Referiu que neste apanhado, chegaram a um ponto, em que não podiam estar com mais atrasos, e pediram ao auditor, uma vez que o CDC vai ser alterado para 2023, e vai sofrer uma adenda, existia ainda a possibilidade se fazer estes ajustes, e, portanto, foi pedido ao auditor que comunicasse esse facto no Relatório da Auditoria e a Junta, comprometia-se também a divulgar essa situação no Relatório de Gestão. Referiu que foi este o conjunto de dúvidas que o auditor tinha, que não queriam com que ele ficasse, porque não fazia sentido para o auditor, que



DR
f
df

tem de certificar as contas ficar esta dúvida. Mencionou que foi esta a situação que motivou o atraso por parte da Junta.

Disse que foi isto que aconteceu na realidade, que o esclarecimento estava dado e que o valor foi executado. Referiu que todos podem ver nos documentos que foram distribuídos, e que seria uma pena não discutirmos as contas, uma vez que os documentos que lhe servem de suporte, estão todos entregues, e que o Sr. Presidente fará outra introdução, deixando ao critério da Assembleia esta decisão. -----

---Seguidamente **Sr. Presidente da Assembleia**, deu a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** para apresentação das contas.-----

---O **Sr. Presidente da Junta**, procedeu de seguida à apresentação em *PowerPoint* dos documentos referidos no presente ponto.-----

---O **Sr. Presidente de Assembleia**, passou a palavra para o plenário e pediu a palavra a Sr^a. Patrícia Cipriano.-----

---A Sr^a **Primeira-Secretária**, recordou o plenário que sendo ainda o ponto 4, dispõem de 10 minutos para intervenção.-----

---A Sr^a **Patrícia Cipriano (PSD)**, disse que, o PSD tem duas dúvidas, que certamente serão prontamente esclarecidas, mas que por uma questão de cautela tem de as colocar, que se referem às dúvidas que o Revisor Oficial de Contas tem sobre o Relatório de Gestão. Disse que uma delas se prende com a norma de contabilidade pública 26, do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas, referente à omissão dos valores relativos aos períodos posteriores ao exercício de 2022, no que tange ao plano plurianual de investimentos e respetiva demonstração de execução deste plano. Disse portanto, que a primeira dúvida era: quais foram realmente os fatores, que levaram a esta omissão.

Disse também querer esclarecer, porque é que não foram cumpridas as alíneas a) a d), do ponto 34, da norma contabilística pública 27, à qual procedeu a sua leitura:

“O Relatório de Gestão deve divulgar por cada bem e serviço ou atividade final a seguinte informação:

- a) Custos diretos e indiretos de cada bem, serviço e atividade;
- b) Rendimentos diretamente associados aos bens serviços e atividades, se existirem;
- c) Custos totais do exercício económico e custo total acumulado de atividades, produtos ou serviços, com duração plurianual ou não coincidente com o exercício económico;
- d) Objetos de custos finais para os quais se determinou o custo total, os critérios de imputação dos custos indiretos utilizados e os custos não incorporados.”

Referiu que, são estas as duas dúvidas que o revisor oficial de contas tinha e que o PSD gostaria de ver esclarecidas.

---O **Sr. Presidente de Assembleia**, não existindo mais pedidos de palavra, passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para responder.

---O **Sr. Presidente da Junta** dirigindo-se ao **Sr. Presidente da Assembleia**, disse que, uma vez que as questões colocadas são de teor muito técnico, solicitava novamente a intervenção do Dr. Rui Mendes, porque não lhe pareciam ser questões de conteúdo político, mas questões de conteúdo muito técnico.-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, aceitou o pedido, referindo que no seu entender era bastante útil para a Assembleia esse esclarecimento. -----



--- O **Dr. Rui Mendes**, no uso da palavra, agradeceu mais uma vez, e disse que começaria pela última dúvida, que era muito fácil, relacionada com a contabilidade de gestão. Disse que, por decisão da contabilidade, e também acompanhado pelo Executivo, não têm implementado essa contabilidade de gestão que permitiria fazer o controlo, de evento a evento, de processo a processo, viatura a viatura, escola a escola, aquilo que quisessem controlar, portanto, desenvolveriam um plano de controlo de gestão e fariam essa análise direta, por funções.

Disse que nunca se achou que essa informação fosse final, mas que o auditor no relatório achou por bem colocar esta situação, para também ter a precaução da parte dele, e dizer que, o auditor considera esta questão importante, chama a atenção desta situação, e deixa ao critério, e à consideração da Junta poder fazê-lo ou não.

Disse ainda que, sempre que esta situação foi levantada, o que indicavam é que, os eventos são realizados e que têm o controlo desses eventos, porque têm sempre procedimentos de contabilidade pública associados, e, portanto, pelo nome, por esses procedimentos, conseguem facilmente identificar evento a evento, apoio a apoio, os gastos das viaturas, tudo o que tiver a ver com determinada situação, colocam nos descritivos, e conseguem discriminar.

Pensa que seria uma mais-valia, também da parte da Junta, mas refere que também é uma contabilidade de gestão que pressupõe um planeamento muito maior, uma situação muito bem definida, mais recursos ainda. Disse que, no momento, como é do conhecimento de todos, são duas pessoas na contabilidade e, esta situação requer tempo, mas pensa que estarão em condições de, no futuro ter que o implementar. Considera que é um passo decisivo para também ter uma qualidade diferente, embora refira que também às vezes, ter esta informação e depois não se lhe dar o devido valor, ou o tempo que se perde, a informá-la e a prepará-la, tira o tempo para outras situações. Referiu que às vezes é preferível ter algo bom do que ter algo ótimo que depois não se tem tempo de definir.

Disse que a segunda situação tem a ver com o PPI, com o Plano Plurianual de Investimento e também a possibilidade de incluir os anos anteriores. Referiu que esta questão, basicamente é uma questão de informática, sendo que já falaram com o fornecedor de software, que deveria ter para além do ano corrente. Mencionou que o plano que têm é um plano anual e, portanto, devia ter para além do ano atual nos investimentos que foram executados nos anos anteriores deveriam ter este relato, de modo a conseguir ter um seguimento de tudo aquilo que se elaborou. Disse que, também não tiveram na Assembleia de Freguesia, nem, na contabilidade, muitas situações que são plurianuais. Referiu que são devidamente pedidas as autorizações e portanto, que são situações muito pontuais, e tiveram a ver com as fotocopiadoras, com comunicações, com situações que a forma de fazer plurianual traz algum benefício, e no caso das comunicações quando é fidelização, nunca se sentiu necessidade, mas o auditor chamou a atenção e então pediram também ao programa, à Freesoft, que se possível possa incorporar isto. Disse ainda que, de momento não surge, mas pensa que no futuro, poderá e deverá surgir. -----

---O **Sr. Presidente de Assembleia**, perguntou ao plenário se estavam esclarecidos pelas explicações do **Sr. Dr. Rui Mendes**, e não havendo pedidos de palavra, colocou à votação os documentos apresentados neste ponto.-----



---Foi colocada a votação a **proposta de Relatório de Atividades**.-----

---Passada a votação, **foi a proposta de Relatório de Atividades aprovada por maioria com os votos a favor do PS, do PSD, do CH, do BE e do CDS e a abstenção do PCP.** -----

---Foi de seguida colocada a votação para a **proposta do Relatório de Gestão**.-----

-Passada a votação, **foi a proposta do Relatório de Gestão aprovada por maioria com os votos a favor do PS, do PSD, do CH, do BE e do CDS e a abstenção do PCP.**-----

---De seguida foi colocada a votação a **proposta da Conta de Gerência**.-----

---Passada a votação, **foi a proposta de Conta de Gerência aprovada por maioria com os votos a favor do PS, do PSD, do CH, do BE e do CDS e a abstenção do PCP.**-----

---O Sr. Presidente de Assembleia passou de seguida para o **Ponto 5**, e deu a palavra ao Sr. Presidente de Junta, para apresentação do ponto. -----

---O Sr. Presidente da Junta, no uso da palavra, procedeu a apresentação em *PowerPoint* da **1ª Revisão ao Orçamento da freguesia de Marvila de 2023**.-----

---O Sr. Presidente de Assembleia, depois da apresentação, passou a palavra ao **Sr. Nuno Almeida (PCP)**, que no uso da palavra, começou por dar as boas noites a todos e disse que esta será mais uma declaração de voto, e ao mesmo tempo uma declaração política, a declaração de voto vai no sentido de que vão votar pela abstenção, porque como já estão habituados, esta incorporação no saldo de gerência que é apresentada, não deverá ser utilizada. Disse que será uma coisa inócua para a freguesia, esta incorporação, porque ao longo de todos estes anos que têm acompanhado a gestão do PS na freguesia, é prática corrente esta incorporação, para depois não gastar, para depois ficar. Disse que votaram contra o orçamento desta Junta, devido às opções políticas em relação a como é aplicado o dinheiro público, para responder, ou para não responder, a certas áreas. Referiu que continuam a ver que esta alteração não vem corrigir o mal, e, portanto, áreas como a habitação, o espaço público, os espaços verdes, deveriam estar mais bem cuidados, referiu que em relação à habitação, é um problema deprimente na freguesia. Disse que não havendo alteração da política, também não poderiam dar o aval e contradizer aquilo que disseram em outubro/novembro, a data não se recorda bem. Referiu que agora ficou mais difícil aceder às anteriores sessões, e ainda gostariam de saber a razão, porque desapareceram do Youtube as gravações que estavam disponíveis para poderem consultar, e os fregueses da freguesia, até para memória futura, daquilo que se passa aqui, pois é de mais fácil consulta do que as atas que têm uma leitura mais difícil. Disse que também fica aqui, a declaração de voto e a posição do PCP.-----

--- O Sr. **Pedro Sousa (BE)**, no uso da palavra, começou por dar as boas noites a todos e a todas. Disse que, para o orçamento de 2023, o bloco tinha ideia de que este ano ia ser um ano complicado, e que por este motivo, quando foi a discussão do orçamento, a proposta que sugeriram foi que se aumentasse os apoios às pessoas ao nível da inflação, e tal não aconteceu. Esclareceu que foi por causa disso que votaram contra. Realçou que esta revisão orçamental, demonstra que de facto, o orçamento não era suficiente, porque a informação escrita do Sr. Presidente mostra que há muitas famílias que não conseguem pagar para além da renda, água, luz e gás. Disse crer que este aumento vá praticamente todo e bem para a rede de apoio alimentar que tem feito um ótimo trabalho, mas, no entanto, falta um pouco mais de ambição e ir um pouco mais longe. Disse não poderem



aceitar, que os apoios que são feitos para dar uma ajuda, num momento tão complicado, sejam recuperados pela inflação. De seguida, questionou o Sr. Presidente, se vão ter ou se há alguma perspetiva de aumentar este tipo de apoios.-----

---O **Sr. Presidente de Assembleia**, deu a palavra, à **Srª Patrícia Cipriano (PSD)**, que disse que queria ressaltar que as propostas de alteração dos orçamentos, as propostas modificativas, não podem ser objeto de uma declaração de voto, ou são rejeitadas ou são aprovadas. Mencionou que isto é o que diz a lei, e sugere que, havendo algo contra terá mesmo que ser rejeitada. Disse também não ter recebido um documento que dissesse exatamente aquilo que o Sr. Presidente da Junta esteve a apresentar, ou se recebeu não consegue ver no google drive o documento que apresenta estas modificações. Disse, no entanto, ter percebido, aquilo que o Sr. Presidente da Junta explicou, e ressaltou que é preciso haver o cumprimento estrito do POCAL. Ressaltou, no entanto, que as contas que foram apresentadas e o relatório do revisor oficial de contas são bastante positivos, em relação à utilização dos fundos, e em relação à execução quer da despesa, quer da receita, e que apresenta um bom grau de execução orçamental. Disse que a situação líquida da Junta de Freguesia também é muito positiva e nesse sentido se deve parabenizar a Junta por essa gestão. Mencionou que isto é o que o revisor oficial de contas refere, e que nada têm a reparar.

Disse relativamente, às revisões orçamentais, que se deve cumprir escrupulosamente o que diz a lei sobre pena de se estar, até por desconhecimento, a cometer algum erro. Nesse sentido, considera que se deveria justificar de uma forma mais aturada, mais fundamentada esta modificação, junto dos membros da Assembleia. Referiu que de facto, esteve a ver a Dropbox e não consegue encontrar a justificação. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, não registando mais pedidos de palavra, passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para responder às intervenções.-----

---O **Sr. Presidente da Junta**, pediu ao Dr. Rui Mendes se era possível entregar o documento em falta à Srª Patrícia Cipriano.-----

-----O **Sr. Presidente de Assembleia**, disse que a informação que têm dos serviços é que é o ponto 5 que está na Dropbox. -----

--- A **Srª Patrícia Cipriano (PSD)** disse que fica apenas aquela questão, que tem que, ver realmente com a proposta modificativa, ter que ser ou aprovada ou rejeitada, e se for rejeitada essa modificação tem de ser devidamente fundamentada.-----

----O **Sr. Nuno Almeida (PCP)**, disse que queria só esclarecer a Srª Patrícia Cipriano que existem três sentidos de voto, para todas as propostas, ou se vota a favor, ou contra ou podemos nos abster. Disse que para perceber a ideia desta abstenção, do seu sentido de voto, é se esta alteração será inócua, e, portanto, é como se diz na gíria, é como o melhor, não faz bem, nem faz mal. -----

---A **Srª Patrícia Cipriano (PSD)**, referiu que competirá ao Sr. Presidente da Assembleia discernir aqui este dissídio, porque de facto, o POCAL, estabelece exatamente aquilo que pode ou não ser feito em termos de proposta modificativa. Disse que, é claro, ao dizer que as propostas, não são modificadas pela Assembleia, ou são aprovadas ou são rejeitadas, e havendo rejeição, é preciso fundamentar porquê, pois de outro modo, legalmente não é admissível. Disse estar só a fazer esta advertência, porque não quer que se suscite aqui



DS.
JP

uma invalidade, relativamente a esta eventual aprovação da proposta de modificação do orçamento. -----

--- O **Sr. Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, disse que na verdade sim, mas sucede que o que está em causa, é no caso de haver uma rejeição de uma proposta, e o que estão aqui a votar é uma proposta de modificação que vem da Junta, portanto não é a Assembleia que a está a modificar. Disse que essa questão colocar-se-ia no caso de a Assembleia chumbar a proposta ou de modificar a proposta da Junta, no entanto neste caso, a Assembleia não está a modificar a proposta da Junta, e aparentemente ou pelo menos até ao momento, ainda não a chumbou. Referiu que, caso a chumbasse, ou modificasse, aí sim, poderiam ter uma questão que poderiam devolver à Junta. Referiu ainda que, como é do conhecimento de todos, não haveria necessidade de dizer, o único sentido de voto que ilibe os senhores membros da Assembleia, de qualquer responsabilidade cívica ou criminal, é o voto contra, porque a abstenção e o voto favorável para efeitos de responsabilidade é o mesmo, e, portanto, em termos de melhora, para se salvaguardar só mesmo o voto contra.

Referiu ainda que, houve um lapso seu no envio da convocatória, pois será feita a votação do documento e não a sua aprovação, uma vez que, ainda se está por perceber se o documento será ou não aprovado. De seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para os devidos esclarecimentos. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, disse que vai ser muito rápido para não suscitar nenhuma polémica, porque considera que está muito bom. Disse que, não podia deixar de ter alguma intervenção relativamente à intervenção do Sr. Nuno Almeida e dizer-lhe que estão cá para gastar, mas gastar com prudência, porque têm que ter contas certas. Referiu que no caso de se ter que ir embora hoje, sabe que a Junta de Freguesia tem 2 900 000 euros, ao 31 de dezembro de 2022, mas que 200 000/300 000 euros estão comprometidos em obra que vai ser feita.

Mencionou que mandou distribuir uma folha pelos senhores membros da Assembleia para que pudessem perceber, que a Junta teve um problema, na ordem de 450 000 euros nos custos energéticos, e tiveram um problema com as despesas do pessoal, um problema de 168 000 euros de honorários, que não se refere aos honorários de assessores, nem de protocolos com outras entidades, mas aos prestadores de serviço que estão na CPCJ, na higiene urbana, nos jardins de infância, na mediação comunitária, que foram valorizados salarialmente, porque a Junta de Freguesia aumentou essas pessoas em cerca de 10% daquilo que era a prestação de serviços que tinham, e que isso custa dinheiro. Disse recear que em 2024, quando estiverem a analisar as contas, se não tiverem algum auxílio ou alguma colaboração institucional com a CML, vão começar a apresentar resultados negativos. Referiu que continuam a apostar em cerca de 800 000 euros a 900 000 euros, em termos do que é o associativismo, as coletividades, as instituições de Marvila, o que representa 15% do orçamento.

Disse que não têm resposta financeira adequada, neste momento, para a valorização salarial e questionou o custo com que vão combater a precarização laboral. Questionou que quando fizerem a incorporação dos trabalhadores, que ainda agora lançaram o concurso da higiene urbana e brevemente vão lançar o concurso das assistentes de jardim de infância, se os senhores têm noção de quanto isso vai comportar no orçamento da Junta de Freguesia.



Disse que só a entrada para o quadro de um assistente operacional da higiene urbana são mais de 20 000 euros, e que só a entrada de um assistente de jardim de infância para o quadro são mais de 15 000 euros. Disse que se incorporarem cerca de 10 a 12 trabalhadores, rapidamente vão ter um custo acrescido, daquilo que são as finanças da Junta de Freguesia, na ordem dos 200 000 euros.

Referiu também que não concorda com esta visão da habitação. Disse que na habitação têm feito aquilo que é devido, que alertam, denunciam, protegem as pessoas, e têm uma excelente vogal da habitação, porque atendem, e resolvem questões com sucesso. Mencionou que ainda esta semana a vogal da habitação, recebeu pessoas que estão sem abrigo, na escola Afonso Domingues. Disse que fazem um trabalho social notável. Referiu ainda que na habitação, quem tem que recuperar o edificado é a CML, e referiu que neste ponto têm estado todos em sintonia, e questionou se têm ou não, denunciado junto da CML estas questões, e que a assembleia de freguesia tem sido unânime nisto. Questionou novamente se têm ou não estado ao lado da batalha e da luta das comissões de moradores, e disse que quanto a isto estão resolvidos.

Relativamente à questão dos espaços públicos, questionou se alguma vez falhou a gestão do espaço público. Referiu que podem fazer melhor, que têm algumas deficiências, mas referiu que não foi ele, que quando chegou à Junta de Freguesia, deixou voar 400 mil euros para outro lado qualquer. Disse que alguém deixou voar 400 mil euros, e que esse dinheiro faz muito falta para se conseguir ter um espaço público de melhor qualidade, e que por isso é que dão resposta, através dos contratos de delegação de competências que vão aprovar. Disse que, sobre os espaços verdes têm de ser coerentes. Questionou se alguém tinha dúvida que os espaços verdes da Junta estão muito melhor, pelos serviços da Junta e internalização do que os espaços verdes da Câmara.

Disse que, como té do conhecimento de todos, os espaços verdes da Junta podem não estar os melhores, mas sabem que os nossos estão cortados, enquanto os da Câmara nem cortados estão e para além de elogiar a equipa dos espaços verdes tem também que elogiar os homens da higiene urbana, porque nos últimos 2 meses, os homens dos espaços verdes em termos de áreas expectantes que cabiam à CML, no último mês, fizeram mais de 40 mil metros quadrados. Disse que quando veem com essa conversa, não pode haver uma força política que diga para se acabar com o outsourcing, internalizar os serviços, e depois a mesma força que defende os trabalhadores, que está ao lado dos trabalhadores, vem fazer críticas sobre os espaços verdes, que até nem são dos piores da cidade. Questionou qual é o respeito que está aqui sobre os trabalhadores.

Considera que esses juízos de valor sobre os espaços verdes não são corretos. Referiu que aos trabalhadores desta casa, que estão a ver, não lhe parece que isto seja um ponto de avaliação positiva, mas refere, no entanto, que podem melhorar. Como exemplo, disse para irem perguntar aos moradores da Prodac, que lhe disseram a ele, que por via de internalização dos serviços, nos últimos 50 anos, nunca aquele espaço, em termos de deservagem, tinha sido feito daquela maneira. Disse para irem perguntarem às pessoas, se a banda de segurança das pessoas que vivem na Azinhaga do Vale Fundão e na Quinta das Flores não foi deservada, se as antigas instalações do bairro chinês não estão deservadas, e se o espaço em frente à biblioteca de Marvila, não está todo limpo.

Referiu que estão a fazer um esforço enorme dentro do que são as suas capacidades e que depois ainda têm outro problema. Mencionou que todos estão cientes do que são as alterações climáticas, e depois querem ter os jardins bonitos daquela maneira. Disse que



DS.
f
f

tem que se perceber, que temos de viver muitas das vezes com prato de sequeiro, pois infelizmente é essa a situação. Disse que não temos outra hipótese, mas que mesmo assim têm funcionários fantásticos na área dos espaços verdes, que têm uma equipa excecional em termos daquilo que é a cobertura e a manutenção dos sistemas de rega. Disse que, considera que gastam o que podem, e gastam com prudência, que podem ter mais qualidade, e que podem ser mais diferenciados, mas que, no entanto, não têm território para gerar receita.

Disse quanto à intervenção do Sr. Pedro Sousa, que esta foi uma intervenção bastante positiva, relativamente à questão dos apoios sociais. Referiu que quando dizem, que está aqui o programa alimentar, quando dão instruções daquilo que se tem que fazer, relativamente à população que vem à Junta, têm estado em sintonia com os serviços sociais e têm visto que os serviços têm conseguido dar uma resposta mais efetiva, mais rápida àquilo que são as necessidades da população. Referiu que há uma melhor execução daquilo que é o Fundo de Emergência Social e há também um desafio que lançaram e uma proposta que vai ser apresentada no concelho educativo, junto das instituições em termos de IPSSs, para se salientar aquilo que é a necessidade em termos de apoios sociais, relativamente a uma divulgação junto das famílias que são necessitadas, que têm vergonha porque são de uma classe média que geralmente não recorre à Junta, referiu ainda que esse trabalho tem que ser feito.

Mencionou que também estão a fazer um trabalho que é importantíssimo, e que foi uma coisa que os senhores membros de Assembleia de Freguesia aprovaram por unanimidade, que é dar resposta em termos de apoio social aos próprios funcionários da Junta. Disse que só o mês passado, porque os funcionários não podem ser pelo Fundo de Emergência Social, tem de ser através do próprio fundo de apoio, através do RAS, dois funcionários da Junta já tiveram essa resposta, e que é isso que estão a tentar responder. Disse que lhe pedem para melhorar isto, e o Executivo está apostado em melhorar, mas tem que ser muito prudente. Mencionou dois exemplos, dizendo que isto às vezes de ser Presidente da Junta, é um pouco difícil e complicado, porque veem aqui ao sábado, vão ali à ACULMA e lhe dizem que desapareceram instrumentos musicais, que é preciso reforçar, e é preciso fazer alguma coisa porque a ACULMA, tem de ter outras condições, e que vai dizer à ACULMA que agora não tem. Disse que, obviamente, o Presidente tem de dizer, que vai pensar, que vai falar com o vogal da cultura e vai tratar de ver isto e vão propor e fazer um protocolo ou adenda, para se manter a banda da ACULMA, o que não é uma coisa pequenina, pois são logo 6000 euros.

Referiu que no dia a seguir, foi avisado que a SPEM foi vítima de um assalto, e perderam cerca de 20 000 euros. Disse que não se pode dizer, “o azar é seu”, “passe muito bem”, “deixe lá estar”, que não podem fazer isso. Disse que têm de ser solidários, que é preciso perceber que aquelas pessoas que lá estão, têm um passado, têm uma história, têm uma função, têm trabalho, e temos que manter esses postos, temos de servir a comunidade, temos de servir uma organização que é internacional, e que a resposta do Presidente foi que vai fazer um protocolo de auxílio e levar o protocolo à reunião de junho, para apresentar à SPEM, para um apoio de 10 000 euros. Disse ainda para repararem que num instante lá vão 15 mil euros, que foram bem gastos e que á para fazer. Questionou, no



entanto, como seria se a Junta não os tivesse, e refere que é este o desafio, e é esta a questão. Disse que anda preocupado todos os dias, e a ficar com cabelos brancos desde março, porque só em dezembro é que conseguem fazer um acordo com a CML, para trazer os 330 000 euros. Disse que andavam todos apreensivos, mas que felizmente, conseguiram ter um resultado positivo, porque a CML auxiliou, e fechou um acordo com a Junta. Disse que provavelmente a CML, vai ter que auxiliar a seguir, pois é uma coisa essencial, porque para fazerem melhor, têm de fazer com dinheiro. Disse ainda que, têm de fazer uma revisão da reforma administrativa, por que senão em toda a linha, vão ter de recuar, e que quando tiverem de recuar, espera que seja quando ele já cá não estiver, que seja outra pessoa a ter esse azar, essa infelicidade, ou espera mesmo que nunca aconteça, pois vai prejudicar o tecido e a coesão social da freguesia. Disse que esta é a questão, e pediu desculpa por estar aqui a abrir-se desta maneira, mas refere que os custos energéticos estão cá, as valorizações salariais estão cá, e que têm dado exemplo. Questionou se sabem quantas freguesias cumpriram com os trabalhadores todos os seus deveres relativamente ao subsídio de insalubridade, referindo que apenas três cumpriram e Marvila é uma delas. Disse que, se os espaços verdes da freguesia são mais de 40 000 metros quadrados, e são objeto de trabalho, esse trabalho é trabalho extra devidamente identificado, e que os trabalhadores têm que ser bem renumerados, o que vai ter mais custos acrescidos, porque as pessoas têm de ser valorizadas pelo trabalho que desempenharam, vai ter que haver um despacho, obviamente que o limite dos 60% nestas condições excecionais vai se repetir. Disse que o mesmo se vai repetir relativamente a todos os eventos que surjam na freguesia de Marvila ou mesmo em termos das Jornadas Mundiais da Juventude. Disse que estão cá para dar respostas, mas que têm de ser prudentes.-----

---Seguidamente, o **Sr. Presidente da Assembleia**, passou a palavra ao **Sr. Nuno Almeida (PCP)** para defesa da honra.-----

--- O **Sr. Nuno Almeida (PCP)**, no uso da palavra, disse não estar lembrado, nem notou na sua intervenção, na intervenção do PCP, nenhuma crítica aos trabalhadores desta Junta de Freguesia. Disse ter criticado sim, a gestão, que deveria investir mais para a melhoria das condições da higiene urbana, dos espaços verdes, e que valorizam, e até propuseram bastantes vezes nesta assembleia, a internalização do trabalho dos espaços verdes. Disse ainda que saudaram a decisão do Executivo quando a tomaram. Referiu que, apesar da inflamação do Sr. Presidente, este não deve deturpar aquilo que os outros dizem, ou por na boca dos outros o que não dizem. -----

---A **Patrícia Cipriano (PSD)**, no uso da palavra, disse, relativamente ao assalto à SPEM, que isto é algo que não pode ficar sem solução, pois também entende que, essa organização é até única, e deve ser apoiada. Disse ainda que, o pior é que a SPEM está em risco de ser assaltada novamente, porque há ali um edifício público que está abandonado, onde se acoitam determinadas pessoas, e que houve efetivamente um furto de azulejos, que estavam à porta ensacados para serem levados. Portanto, considera que, deveria ser feito, uma insistência junto da direção geral do património, para que aquele edifício ficasse seguro, sob pena dos seus vizinhos estarem todos sujeitos a estas práticas criminais. -----

---O **Sr. Presidente de Assembleia** referiu que esta intervenção é uma interpolação à mesa para esclarecimento de como foi usada a palavra, e não existindo mais pedidos de



Handwritten initials 'DS' and a signature in blue ink.

palavra colocou à votação a revisão do documento da **1ª Revisão ao Orçamento da freguesia de Marvila de 2023**.-----

---Passada a votação, **foi o presente documento aprovado por maioria com os votos a favor do PS, do PSD, do CH e do CDS e a abstenção do BE e do PCP.**-----

---Feita a votação o **Sr. Presidente de Assembleia** mencionou que foi editado um ponto 7 à ordem de trabalhos, e deu a palavra ao Sr. Presidente de Junta para apresentação do ponto. -----

--- O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, e agradeceu a disponibilidade de todos os grupos representados na assembleia de freguesia por terem tido uma reunião com o Executivo da Junta, com alguns membros, no sentido que esta proposta, desse entrada nesta sessão da Assembleia de Freguesia para apreciação e deixou uma palavra a expressar o meu profundo agradecimento. Referiu que vão ser, quase de certeza a primeira freguesia de Lisboa a conseguir a autorização das suas assembleias de freguesia para começar a executar com a maior rapidez possível estes contratos de 2023 a 2025. Mencionou que, como foi distribuído por todos a minuta, foi também feita uma análise das várias obras, e que se abstinha de estar a dar algumas novidades sobre elas. Disse que apenas queria referir, até por uma questão que foi levantada logo no início da Assembleia de Freguesia, que tinha muito a ver com o encontro entre os serviços contabilísticos da Junta de Freguesia e o revisor oficial de contas, sobre a identificação das obras, e o valor das obras, que os valores das obras que estão no documento, são meramente médias. Disse que, o valor total tem que também incorporar, dentro destas obras, os projetos de arquitetura, os projetos de engenharia, as sociedades de advogados que têm de seguir os lançamentos das empreitadas, os serviços de fiscalização que estão contidos nos 2 546 000 euros. Disse que por outro lado, o sucesso da execução destes protocolos vai começar nesta Assembleia e refere que é essencial a sua aprovação, pois quanto mais rápida for a sua aprovação, mais rápida poderá ser a sua execução.

Disse que o que vê com alguma capacidade de avançar, é nomeadamente uma área, em que é coordenada pelo Prof. Ricardo Ribeiro, titulada pelo vogal Joaquim Brito, que tem a ver com um conjunto de intervenções, em Polidesportivos que têm os seus projetos já executados, e prontos a avançar, nomeadamente naquilo que respeita aos campos de jogos da Adões Bermudes e do bairro do Armador e também na pista de atletismo e uma obra que também é essencial que é a aplicação da divisória de segurança no pavilhão dos Lóios, por causa dos jogos e das competições, em termos daquilo que é a prática do desporto rei em Marvila que é o futsal, mas que também servirá para todos os outros desportos. Referiu que também considera que têm muitas condições para avançar numa área que é muito mais simples, e muito mais rápida e tem a ver fundamentalmente, com as repavimentações na área da Tomás Alcaide e outras localizações que foram escolhidas.

Salientou, que estes protocolos, não têm só esta componente física da obra, mas que têm uma componente de desenvolvimento comunitário e de apoio social e estava previsto terem vindo hoje os protocolos da Eco-food e os protocolos com a Associação Rés do Chão e da Serve the City, por causa do plano do desenvolvimento comunitário do bairro da



Quinta do Marquês de Abrantes, porém estes protocolos, só vão ter o seu início a 1 de julho, e, portanto, no dia 28 de junho, tal como tinha falado anteriormente vão conseguir submeter, até porque estas instituições não tiveram a mesma capacidade de rapidez, e desta forma, terão tempo, se tiverem este acordo e este consenso. Disse que queria pedir, e que já irá informar, para terem uma outra reunião prévia para analisarem um outro conjunto de protocolos que aqui agora acabou de anunciar, nomeadamente o da ACULMA e da SPEM, para fazerem novamente uma análise desses protocolos e sobre os protocolos que têm a ver com a questão da adenda dos protocolos na área desportiva.

Disse considerar que, desta vez, estão melhor preparados, relativamente ao que era a situação dos protocolos do anterior mandato, que têm mais capacidade para dar resposta à execução destes protocolos e a que a sua expectativa é que da realização rápida e célere deste protocolo, venha a surgir a possibilidade de conseguir desejavelmente, acordos complementares para contratos de delegação de competências. Disse que a ideia era conseguir ter uma execução elevada até ao final deste semestre de 2024, que permitisse ter uma base negocial com a CML para adicionar outros locais para intervenção física nesta questão. Disse uma última referência que se recordou, ao olhar para o Sr. Pedro Monteiro, porque considera que é desta cooperação frutívora, entre o Executivo e os Senhores Membros da Assembleia de Freguesia que isto resulta, porque têm uma das obras mais pesadas, e mais controversas e que só quiseram fazer porque o plano estava do lado da Junta e receavam que se não o fizessem não teriam oportunidade de fazer. Referiu a intervenção difícil e arriscada, que até pediu ao engenheiro Amaral da Silva, que é o nosso vogal para acompanhar, que é da rua Pedro Pezerat, porque vai ser uma intervenção com muita capacidade de negociação, porque tem a ver com o acesso a garagens, tem a ver com o acesso a instituições como a SCML e o ATM, ou o Centro de Saúde dos Lóios. Disse que, portanto, têm de ter, provavelmente até uma apresentação pública nalgum local desta obra e têm de fazer um acompanhamento, porque é uma obra que querem fazer, mas que exige uma grande colaboração, cooperação e participação de todos os intervenientes, todos os residentes e comerciantes daquele local.-----

--- **O Sr. Presidente de Assembleia** passou a palavra para o plenário para discussão do ponto, e deu a palavra ao **Sr. Pedro Sousa (BE)** que fez algumas considerações sobre o plano que foi distribuído. A primeira é que muitas zonas da freguesia, vão ser alvo de muitas intervenções e bem, enquanto outras como a zona histórica, nem sequer estão no plano, sendo esta, uma zona da freguesia que está ao abandono. Referiu já ter vivido naquela zona e sabe o que é, não ter um autocarro a partir de determinada hora, e que as pessoas estão ali em pátios, completamente à margem da freguesia. Disse perceber do que as pessoas se queixam, e que o sentimento daquele bairro é “ninguém quer saber de nós”. Mencionou que a Junta fornece um apoio, a uma associação que é muito importante neste bairro e que até pode ser uma alavanca para ter alguma ação, naquela zona.

Também deixou outra consideração sobre os territórios sustentáveis que é o eixo 2. Disse que considera correto se falar na questão das alterações climáticas, mas que temos apenas

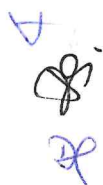


DS.
4
P

uma única obra que tem a ver com uma borracheira ao pé da escola D. Dinis, contudo e se é intenção do executivo, ter acordos complementares mais à frente, o Bloco deixa a sugestão de por exemplo, se poder ir mesmo por planos para ter mais árvores na freguesia, para ajudar as pessoas a ter acesso a energias mais limpas. Concluiu, referindo que, no eixo 4, nos territórios solidários considera que o projeto do eco food é ótimo. Disse que, é comida boa que não vai para os supermercados porque não cumpre um requisito ou outro, e que isso é positivo. Mencionou também sobre o gabinete que foi aprovado na Assembleia, sobre o apoio às vítimas de violência doméstica que considera importante, e uma vez que, são elaborados tantos protocolos, se calhar até poderia existir alguma associação que quisesse ter esse serviço. Deixa estas propostas em aberto.-----

---De seguida, o **Sr. Presidente de Assembleia**, passou a palavra ao **Sr. Nuno Almeida (PCP)** referiu que a intervenção do PCP vai no sentido de que, mais uma vez, a Câmara olha para as juntas de freguesia como suas subalternes, isto porque, todas estas obras são da competência da Câmara. Disse que, a Câmara gerida pelo PSD de Carlos Moedas em coligação com membros do CDS, usa este expediente, achando que dois milhões e meio de euros é suficiente para as obras que Marvila precisa durante 3 anos. Salientou que, tal como o Pedro disse, nem 1 para a zona histórica de Marvila, que é se calhar a mais necessitada de todas. Questiona se não será a intenção da câmara, de em 3 anos, apenas investir dois milhões e meio na freguesia de Marvila. Comentou que a Junta ao aceitar estas competências, coloca-se numa posição perigosa, dando o exemplo do reбуçado envenenado que já tinha sido falado anteriormente. Disse que, apesar de hoje o valor destas obras estar dimensionado, previsto, orçamentado neste valor, se a inflação durante o período de execução aumentar, é a Junta de Freguesia que fica com uma despesa extra que não sabe se a câmara suportará ou não. Disse ainda que, muitas outras obras fazem falta aqui em Marvila. Disse por último que, acha claro que as obras são essenciais, precisas e que é com os olhos que as vemos, não se considera tão otimista como o Sr. Presidente, que ao executar estas, a Câmara diga: “olha já que executaram, tomem lá outras”. Considera que são opções políticas e que cá estarão para ver. -----

---O **Sr. Presidente de Assembleia**, deu a palavra a **Sr^a Patrícia Cipriano (PSD)**, referiu que relativamente ao contrato de competências, gostava de ressaltar que a CML vai disponibilizar às freguesias de Lisboa, 50 milhões de euros, o que não é despendendo em 2023, 10 milhões, em 2024, 25 milhões, em 2025, 15 milhões, e isto para as Juntas de Freguesia, é bastante positivo. E repare-se que no contrato de Delegação de Competências aqui para Marvila que é das que tem um orçamento maior. Repare-se que se vai fazer fase a uma série de necessidades da freguesia, que de outro modo, não era possível. Por outro lado, o que lhe parece, é que a CML, que desde o princípio, e quando se fala, fala-se do PSD e no CDS, a preocupação desta coligação, sempre foi o bem-estar das pessoas. E é nesse sentido, que também as prioridades, que são elencadas, aqui nos contratos, vão. Tudo resulta de facto, nesta prioridade máxima da CML. Nesse sentido, aquilo que lhe parece é que este orçamento, é adequado, sendo certo que depois da sua execução, se verá, se há ou



não necessidade de haver reforços. Disse ter a certeza absoluta, que se houver bons projetos, e se Marvila estiver a melhorar a qualidade de vida da sua população, como sempre foi, também, como lhe parece, o seu apanágio, não tem grandes dúvidas que o PSD e o CDS vão apoiar esta vertente humanista da Junta de Freguesia. -----

---O **Sr. Presidente de Assembleia**, deu a palavra ao **Sr. Paulo Vasconcelos (CH)**, que dando as boas noites a todos disse que relativamente a estes eixos de investimento, o único comentário que fez, e considera um pouco crítico, é o facto de como é que chegaram a estes valores. Disse que este foi um tema que falaram até na reunião anterior. Referiu que isto é uma linha em que não se consegue verificar realmente o que é que consta este trabalho, que é o tal caderno de encargos, que não se sabe o que é. Referiu que há um valor que foi atribuído pela Câmara ou até se calhar a Junta deu uma pré-informação, que não sabem exatamente o que é que está por trás desse valor. Deu o exemplo, da medida da acalmia do tráfego e de melhoria de segurança de acessibilidade em 75 mil euros, referindo que pode ser tudo, podem ser umas passeadeiras, ou então colocar o manequim da rua dos Franqueiros, numa passeadeira com um sinal. Disse que se tem de explicar ao cidadão, porque no momento é uma linha, e esta é a sua crítica, que já fez anteriormente e insiste um pouco nisso. Referiu que teve a informação que se trata de duas ou três passeadeiras, ficou a saber que cada passeadeira, fica à volta de 15 a 20 mil euros cada, que foi uma curiosidade que ficou a saber, referindo que está caro. Disse relativamente à decisão das obras, que reconhece que existem obras que são importantes e que têm de ser feitas, mas que faltam, ou se calhar a Câmara já tem essa informação, que é a informação da listagem de coisas a fazer, de trabalhos a fazer na Junta. Disse que é assim que se consegue construir um orçamento mais global para fazer frente realmente, a todos os pontos críticos da freguesia porque de momento considera que é uma espécie de partição da CML, e que daqui a um ano vem mais um conjunto de trabalhos que eles também decidiram em Assembleia Municipal fazer, e vão passando para a Junta, e que a Junta é seguidora. Mencionou que a Junta também tem que, se calhar ter uma posição mais ativa em apresentar medidas e áreas de atuação, e que o Chega até apresentou na Assembleia, algumas recomendações e propostas de melhoria em alguns pontos da freguesia, de repavimentação e de arranjos de parques infantis, ect. Disse que, de qualquer maneira, esta é a vertente que se tem de ter, e fazer um levantamento mais abrangente, pois sente que tem sido uma imposição. Disse que os orçamentos podem até estar inflacionados, que parte do dinheiro pode ser canalizado para outras obras, e acredita que sejam. Disse que espera que a Junta faça uma otimização dos custos de investimento e deixa também uma sugestão de nas próximas Assembleias, ser um ponto de abertura para apresentar ideias e sugestões e também ouvir os pontos de vista dos membros, sobre o que é preciso fazer na freguesia. -----

---Não registando mais pedidos de palavra o **Sr. Presidente de Assembleia**, deu a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** para encerrar o ponto.-----



DS.
A
DP

--- O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, disse que considera a intervenção do Sr. Pedro Henrique, uma intervenção muito acutilante, muito importante, que traz a sua própria experiência de vida, como anterior residente numa zona histórica da freguesia. Referiu que existem 4 questões essenciais daquela zona histórica que deviam ser resolvidas, e que seriam desafios evidentes por parte da CML. O primeiro, e na sequência da intervenção da eleita Patrícia Cipriano, a salvaguarda do património da Mansão de Marvila, na igreja de Santo Agostinho em Marvila. Considera inconcebível que o estado se tenha demitido de, no momento em que a Fundação Século ter saído, não ter deixado lá, uma equipa de vigilância para tratar desta situação.

Disse que estava muito mais seguro, porque aparentemente estavam a haver negociações entre a Direção Geral do Património do Tesouro e o Ministério das Finanças, o Ministério da Administração Interna, e já tinha havido deslocações, para que naquele local fossem instalados os serviços sociais da Polícia de Segurança Pública e houvesse um destino para aquela zona, em termos de zona de residências para os agentes da polícia que estão destacados na cidade de Lisboa, o que daria uma vivência àquela zona. Disse que, agora têm que rapidamente oficializar estas entidades porque qualquer dia existe o risco, de não só a Mansão de Marvila, mas também a própria igreja de Marvila na sua riqueza desaparecer, porque não houve cuidado.

Disse que o segundo é também, para muitos, um espaço de memórias, um espaço de vivências que ficarão para sempre que é a escola industrial Afonso Domingues, e também considera inconcebível, que o estado tenha abandonado o desejo de fazer a terceira travessia, e que tenha investido numa requalificação daquela escola, para depois abandonar aquele espaço, que está naquele estado de degradação sem se ter pensado até, em termos de muitas associações, a quem se podia ter concedido de uma maneira transitória, temporária, tanto as instalações da Mansão de Marvila como as instalações da Afonso Domingues. Disse que se lá estivessem estas associações, como a SPEM, a ocupar o seu interior provisoriamente, e se de facto houvesse um centro de artes na Afonso Domingues, nada do que aconteceu, teria acontecido. Disse ainda que, as outras duas obras que se recorda, tem a ver com a requalificação da rua de Marvila e a requalificação do Palácio do Marquês de Abrantes, que teve um projeto, que foi apresentado e desenvolvido pelo arquiteto Tiago Mota Saraiva e pela sua equipa. Disse que enquanto esse projeto de arquitetura e essa associação ali esteve a desenvolver o seu trabalho teve alguma vivência, e depois de um momento para o outro a CML, porque muda o poder político, abandona a intervenção. Mencionou que é triste, porque muitas das vezes estes projetos são essenciais e deviam ter continuidade, referindo ainda que este assunto não está resolvido. Disse que esta intervenção foi interessante, porque lança outras questões, mas que são questões que já não estão no patamar do contrato de delegação de competências, e são evidentes opções políticas, relativamente a um plano de arborização para a cidade, do qual não têm nenhum conhecimento por parte do Pelouro dos espaços verdes da CM, e também desconhecem,

Handwritten marks in the top left corner, including a stylized 'B' and some scribbles.



qual é o plano em termos da requalificação de estruturas essenciais, do famoso plano de energia solar, do Sol de Lisboa.

Deu um exemplo, em que a Junta de Freguesia pode investir, mas provavelmente pela dimensão do projeto vai implicar que haja um outro olhar atento, por parte da CML, que é a instalação de painéis solares, painéis de energia limpa, nas instalações da piscina do Vale Fundão. Disse que não estaríamos aqui a falar de cinco ou seis anos, estaríamos a falar da sustentabilidade energética daquele edifício e estaríamos também a falar, de uma sustentabilidade, em termos financeiros da própria Junta.

Disse quanto à intervenção do Sr. Nuno Almeida, sobre a CML, que honra seja feita, ao Eng. Carlos Moedas, como também ao Dr. Fernando Medina, nunca se sentiu como um subalterne nem como num moço de recados de nenhum dos dois presidentes. Disse que há uma coisa que se tem de perceber, e na sequência daquilo que se acabou de dizer na intervenção do Sr. Pedro, têm de ter o cuidado, de saber até que ponto é que a Junta de Freguesia se deve lançar em termos daquilo que são as obras. Disse que devem-se lançar, a um conjunto de intervenções, que tenham a capacidade de dar execução, que outras obras de um determinado tipo de dimensão, não devem avançar, quando entram em valores muito elevados, e em situações complicadas. Disse que até deixou logo, a cortina aberta na questão da Pedro Pezerat. Mencionou que a Pedro Pezerat é uma obra que só assumiram, porque o risco era não ser feita. Referiu que possivelmente, é daquelas questões que têm de negociar, quem faz o quê, e quem é que não faz, porque a obra é pesada. Disse que têm a vantagem de ter, um vogal do executivo que tem um grau muito elevado em termos de conhecimentos técnicos, o Eng. Amaral da Silva, e têm a capacidade de ter moradores, membros da assembleia de freguesia, como o Sr. Pedro que ali vive, mas que a obra em si, não é uma obra fácil.

Disse que isto quer dizer o seguinte: que deve haver o cuidado, a determinado valor, a determinado problema, a determinada situação, não deve ser a Junta de Freguesia a envolver-se, e deu razão à intervenção do Sr. Nuno Almeida, que tem de ser a CML a assumir as suas responsabilidades. Referiu que a Junta pode executar porque conhece melhor, tem mais proximidade, mas que a CML não se pode demitir das suas responsabilidades e tem que investir no território. Disse que é por isso, que quando a Gebalis quer investir em Marvila, um montante que quer investir, em termos de requalificação de alguns bairros, e quando a CM quer fazer, o investimento em termos de renda acessível, têm esperança que essas obras, que estavam praticamente lançadas, porque não surgiram do nada, sejam executadas. Disse aliás, que todos estão satisfeitos por se ter concluído o centro de saúde, e todos, estão com muita esperança que seja concluída, à semelhança que foi concluído o Polidesportivo Eduardo Lapa, seja construído também o pavilhão na EB de Marvila. Disse ainda que em termos de cooperação institucional, o Sr. Presidente da CML lhe disse, que apesar de não ser da mesma força política, já inaugurou em Marvila mais coisas que em outras freguesias do seu partido, que



DS.
A
DP

se calhar até nem têm nada para inaugurar. Refere ainda que a sua esperança e o desafio do Executivo e de todos os que estão presentes é dentro das suas possibilidades realizar. Referiu que também considera muito importante aquilo que o Sr. Nuno Almeida falou e chamou a atenção, que quem está na CML tem de ser uma pessoa de bem. Referiu que quando os acordos foram negociados em 2019, não tinha existido uma pandemia, que levou a um aumento generalizado da subida dos materiais e que levou a uma paragem em termos de execução de todas as obras, não tinha havido a seguir uma inflação enorme de todos os preços, e não tinha começado, no momento em que se queria começar a concluir estes trabalhos, porque isto só não foi prorrogado, porque não houve causas evidentes que devia ser prorrogado, a guerra na Ucrânia. Disse que evidentemente todos estes fatores, não contribuíram para o que se teve aqui a discutir anteriormente que foi a revisão de preços e a capacidade que tiveram em adequar um conjunto de protocolos, em termos daquilo que eram as identificações de contrato. Deu dois exemplos claros, que hoje estão preparados para fazer as obras no Armador e na Adães Bermudas, mas estão preparados porque, tal como na pista de atletismo, já tinham os projetos pagos, e até já tinham adjudicado as obras, só que em função da subida generalizada de preços, e da guerra da Ucrânia, ninguém queria fazer a obra. Disse que por isso, é que evidentemente, e respondendo à intervenção inteligente e sóbria do Sr. Pedro Vasconcelos, tiveram de subir o valor dos preços. Primeiro porque lá têm de ter os projetos, segundo porque não podem ser anjinhos. Referiu que já foi anjinho muito tempo, mas que desta vez, está a freguesia em causa e, portanto, vão pôr lá um valor acima, e vão ver se o valor acima ainda chega, mas que é como disse, e respondendo à Sr^a Patrícia, que também deu aqui o sinal de esperança e de crente, que se for necessário pagar mais, tem que pagar. Disse que caso contrário vai atrás dele, que ele sabe que vai atrás dele, e eu vai atrás dele a todo o sítio. Disse que sobre si não existe nada a apontar. Disse que vão atrás dele porque se for preciso mais algum dinheiro para Marvila, têm que lhe pedir, mas referiu que também sabe e até prova em contrário, não pode dizer que o Sr. Presidente da Câmara e o Executivo Municipal não cumpriram.

Mencionou que a CM está a pedir mais um esforço para as Jornadas Mundiais da Juventude, que a CM apresentou contas muito razoáveis, e fez gala dessa situação. Disse que, os 50 milhões representam no orçamento da Câmara uma pequena gota de água, que o orçamento da CML é mais de mil milhões, é de mil e trezentos milhões. Questiona se em mil e trezentos milhões não há 300 000 euros por ano para dar à Junta para resolvermos a nossa situação. Disse que não nos resolveram a situação toda, porque os nossos custos energéticos são 450 000 euros, e refere que a Junta é que ainda está a tratar da vida deles, nas nossas escolas, nos nossos equipamentos desportivos, questionando que, se não estivessem em Marvila, onde estariam.

Disse também, que estão prontos para ouvir todas as sugestões, todas as ideias, evidentemente, têm um pouco esta condicionante que é a resolubilidade em termos orçamental e de exequibilidade, mas que fizeram e que a gente às vezes não dá valor a isto

23-
V
P



e também não sabem vender isto, mas recuperaram cerca de 11 parques infantis nos últimos 5 anos, recuperaram 3 campos de jogos com grande qualidade na freguesia. Disse que o pavilhão do Vale Fundão, é uma obra exemplar e que a aposta é recuperar o resto dos campos de jogos que têm pela frente, porque pretendem fazer uma aposta distintiva, naquilo que é Marvila como a freguesia do desporto, pois considera que é algo que faz diferença. Referiu que desta vez, foram a única freguesia, que teve a ousadia de tentar fazer uma coisa diferente, tendo já a capacidade para o fazer, que é lançar uma empreitada para recuperar os parques infantis dos parques escolares. Disse que, existem oito escolas e o grande desejo é fazer a recuperação dos parques infantis das escolas de Marvila. Disse ainda que, o outro desafio é recuperar os seus campos de jogos, à semelhança, do que têm os melhores colégios, porque considera que as nossas crianças têm que ter os mesmos jogos e os mesmos parques infantis, do que aqueles que têm mais condições e que andam nos melhores colégios do país. Disse por fim, que esse é que é o grande desafio. -----

---O **Sr. Presidente de Assembleia**, passou a palavra, à **Sr^a Patrícia Cipriano (PSD)**, que disse querer responder à questão sobre o Sr. Presidente da CML e a CML serem pessoas de bem e relativamente ao valor do orçamento da CML. Disse que o orçamento da Câmara Municipal em 2023 está acessível ao público, mas referiu a título de exemplo, que têm o dobro do orçamento do subsídio municipal ou arrendamento acessível e respetivo aumento, a famílias apoiadas. Disse que, a rede de beneficiário dos agregados familiares, o FES famílias, com rendimento mensal per capita superior a 70%, da renumeração mínima mensal, e que o Recuperar Mais, que tem diversos apoios a empresas e instituições da cidade. Disse que têm 7,4 milhões de euros, no Fundo de Emergência Social, e 4 milhões, para a intervenção com as pessoas em situação de sem abrigo, e muito mais que está disponível, e é público, onde é que este orçamento está a ser aplicado. Disse que a CML tem como foco, servir as pessoas, transformar a cidade, e projetar o futuro, mas que não se pode fazer tudo, que o dinheiro é um bem fungível, e, que, portanto, tem que ser bem gerido. Referiu ainda que não há dúvida nenhuma, que o foco deste Executivo, é a sociedade, são as pessoas, e é a cidade de Lisboa. -----

---Seguidamente, o **Sr. Presidente de Assembleia**, passou a palavra ao **Sr. Nuno Almeida (PCP)**, que disse em relação ao FES que houve reduções, portanto que apoiam, mas menos. Referiu que a sua grande questão, e o que todos deveriam estar a questionar era, no caso de ser a Câmara a ter que executar estas obras, se tinha até pessoal em n^o suficiente, capacidade e competência, para o fazer. Disse que provavelmente, se não fosse desta maneira, também acredita que nenhuma obra chegaria a Marvila.-----

---A **Sr^a Patrícia Cipriano (PSD)**, pediu de novo a palavra, mas o Sr. Presidente da Assembleia lembrou que o regimento apenas permite a palavra duas vezes por cada ponto, e assim sendo, ficaria a sua intervenção para a próxima sessão da Assembleia.-----

---O **Sr. Presidente de Assembleia** procedeu à colocação para votação do plenário o documento do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de



Cooperação entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Marvila no âmbito de vários programas municipais e respetiva minuta de contrato.-----

---Passada a votação, **foi o presente documento aprovado por maioria, com os votos a favor do PS, PSD, CH, BE e CDS e a abstenção do PCP.** -----

---Seguidamente, o **Sr. Presidente de Assembleia** lembrou que voltarão a reunir em Assembleia no dia 28 de junho, e até lá será convocada a conferência de representantes para melhor agendamento e preparação dessa reunião e da sua ordem de trabalhos, desejou a todos uma noite feliz, um regresso a casa em segurança e terminou agradecendo a todos.-----

----- **PUBLICIDADE DAS DELIBERAÇÕES** -----

---Das deliberações do Órgão, que tinham eficácia externa, foram dadas publicidade, através de edital, afixado no edifício sede da Freguesia, durante cinco dos dez dias subsequentes à data da tomada das deliberações em minuta. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu por encerrada a presente sessão, eram **22h00m**, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia, pela 1ª Secretária e pela 2ª Secretária. -----

O Presidente da Assembleia _____

A 1ª Secretária _____

A 2ª Secretária _____

